



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª CÂMARA CÍVEL  
AGRAVO REGIMENTAL Nº 0328782-1  
AGRAVANTE: LUIS PEDROSA DOS SANTOS  
AGRAVADO: BANCO J. SAFRA S/A  
RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA

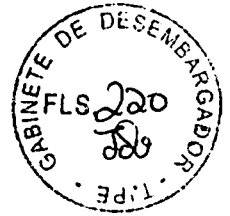
EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ALEGAÇÃO DE DESERÇÃO DO APELO POR AUSÊNCIA DO NÚMERO DO PROCESSO NA GUIA DE RECOLHIMENTO DO PREPARO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS PARA REFORMA DA DECISÃO HOSTILIZADA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A mera inexistência da indicação da numeração processual na guia de recolhimento de custas não deve ser tida como fundamento para o reconhecimento da deserção, mormente em casos que nela constem outros elementos que permitam deduzir, com segurança, que o preparo recursal foi efetuado; 2. Recurso improvido; 3. Decisão unânime.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Agravo Interno nº 0328782-1, acordam os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 03 de julho de 2014, à unanimidade de votos, não conhecer do Recurso de Agravo Regimental, nos termos do voto do relator.

Recife, 03 de julho de 2014. (data da lavratura).

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**1ª CÂMARA CÍVEL**  
**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0328782-1**  
**AGRAVANTE: LUIS PEDROSA DOS SANTOS**  
**AGRAVADO: BANCO J. SAFRA S/A**  
**RELATOR: DES. JOSUÉ ANTÔNIO FONSECA DE SENA**

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata a hipótese de Agravo Regimental interposto por LUIS PEDROSA DOS SANTOS, insurgindo-se contra a decisão terminativa da lavra desta relatoria que, em sede de recurso de Embargos de Declaração, rejeitou a preliminar de deserção levantada pelo ora agravante.

Em seu recurso (fls. 203/208), requer o agravante que seja acolhida a preliminar de deserção arguida, tendo em vista que a guia de recolhimento de fls. 71 não faz referência ao número do processo ao qual está vinculado, sendo, portanto deserto o recurso interposto. Requer, dessa forma, o provimento do presente recurso para reformar a decisão recorrida.

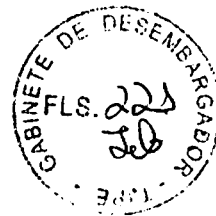
**É O RELATÓRIO. PASSO A VOTAR.**

*Ab initio*, não vislumbro possibilidade de retratação do julgado desafiado, uma vez que não vejo qualquer fato novo que possa ensejar a mudança do entendimento adotado na decisão agravada.

Trata-se de recurso de agravo regimental contra decisão monocrática da lavra desta relatoria, a qual rejeitou a preliminar de deserção em atenção aos princípios da boa-fé e da instrumentalidade das formas e, ainda, por entender que existem elementos nos autos que possibilitem identificar a satisfação do preparo.

Vale destacar que o agravante não trouxe na sua irresignação qualquer tese capaz de ensejar a revisão da opinião jurídica externada na terminativa. Nesse passo, como não houve inovação nos argumentos suscitados no presente agravo, adoto como fundamentos do meu voto os mesmos contidos na decisão guerreada, a qual transcrevo o trecho que interessa:

"(...) O embargante alega omissão da decisão terminativa ao deixar de apreciar a preliminar de Recurso Deserto, alegada nas contrarrazões (fls. 79/80). Afirma que a guia de recolhimento junto ao apelo não faz referência ao número do processo ao qual está vinculado. Requer, portanto, que o recurso apelatório seja considerado deserto.



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Em análise dos autos, de fato a preliminar suscitada de recurso deserto não foi analisada por esta Relatoria. Então, cabível o acolhimento dos presentes aclaratórios para análise da preliminar levantada em contrarrazões, não enfrentadas na decisão combatida.

A afirmação de que o recurso apelatório deve ser considerado deserto pela ausência do número do processo na Guia de Recolhimento não merece acolhimento.

O descumprimento de formalidade no preenchimento da guia DARJ (Documento de Arrecadação de Receitas Judiciárias), como a ausência do número do processo, não é motivo para caracterizar a deserção de um recurso.

Além disso, em atenção aos princípios da boa fé e da instrumentalidade das formas, bem como existindo elementos que possibilitem identificar a satisfação do preparo, ou seja, a demonstração de que as custas foram recolhidas e estão à disposição da Justiça Estadual, não há que falar em deserção do recurso.

No caso dos autos, houve o efetivo recolhimento das custas processuais para interposição do recurso no valor correto (fl. 71), inclusive com a menção do nome do contribuinte/apelante, com CNPJ, a natureza da ação (recurso de apelação), o código da receita e a data do recolhimento, acompanhado do devido documento de pagamento com autenticação eletrônica emitido pelo banco arrecadador.

Nesse sentido:

**AGRAVO LEGAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL. EQUÍVOCO PERPETRADO PELO BANCO AGRAVADO QUANDO REGISTROU ENCARGO NÃO EXIGÍVEL NO PERÍODO DE CARÊNCIA. INDENIZAÇÃO DEVIDA, ARBITRADA NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). ALEGAÇÃO DE DESERÇÃO DO APELO POR AUSÊNCIA DO NÚMERO DO PROCESSO E NOME DAS PARTES NA GUIA DO DARJ. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE OUTROS INDÍCIOS QUE VALIDAM A GUIA DE RECONHIMENTO. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA A PARTIR DO ARBITRAMENTO. MODIFICAÇÃO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 54 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA APLICADA DO ARBITRAMENTO. MANUTENÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1 - Considerando os princípios da boa fé e da instrumentalidade das formas, bem como existindo elementos que possibilitem identificar a satisfação do preparo, ou seja, a demonstração de que as custas foram recolhidas e estão à disposição da Justiça Estadual, não há que falar em deserção do recurso; 2 - Estando a decisão atacada em descompasso com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, há de aplicar o entendimento da Corte Superior. Registra a Súmula 54 do STJ que "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual"; 3 - A agressão sofrida pela alma (psique) não se desfaz com a retirada do seu nome dos cadastros desabonadores (CADIN), ocorrendo o evento danoso, este deve ser reparado atendidos os princípios da proporcionalidade e prudência. Provimento parcial do recurso. Decisão unânime. (TJPE, Agravo nº 294681-2, Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho, 4ª Câmara Cível, Julgado em 08/08/2013).**



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

Sendo assim, a ausência do número do processo não caracteriza irregularidade capaz de inviabilizar a análise do recurso, uma vez que o pagamento das custas foi feito no prazo legal e no valor correto, está atendido o requisito legal do preparo.

Dessa forma, rejeitada a preliminar de recurso deserto.

Com essas considerações, fica claro que não há omissão nem contradição a sanar na decisão vergastada.

Pelo exposto, conheço, porém rejeito os embargos de declaração interpostos por **BANCO J. SAFRA S/A**. Quanto aos aclaratórios opostos por **LUIS PEDROSA DOS SANTOS**, acolho-os, para análise da preliminar, para afinal rejeitá-los.

Intime-se. Publique-se.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
Relator ".

Como registrado na transcrição acima, a matéria, objeto da lide, foi amplamente debatida na decisão, disposta de forma clara e precisa, atingindo solução jurídica embasada nos elementos dos autos e no ordenamento pátrio, razão porque não merece qualquer retoque nesta via de agravo.

Desse modo, evidentemente, o agravo não merece prosperar, tendo em vista que a irresignação permanece juridicamente insustentável.

Posto isso, inexistindo motivos para modificação da decisão atacada, meu voto é no sentido de **negar provimento** ao presente Recurso de Agravo Regimental.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.

**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
Relator/